

## Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios — uma perspectiva analítica

### INTRODUÇÃO

O fenómeno das migrações internacionais portuguesas constitui para nós um objecto de reflexão privilegiada, na medida em que permite estudar a relação dos indivíduos com as sociedades em situação de mudança, ou seja, numa perspectiva de dinâmica social e cultural. O mesmo poder-se-á dizer em relação à família, aliás, em nosso entender, duas questões profundamente imbricadas. Se não se emigra, indistintamente, quando se pertence a este ou àquele grupo social, essa pertença é tributária de uma família singular, uma vez que é esta que assegura a mediação entre a classe universal e o indivíduo.

Daí a justificação da escolha do tema que propomos para este trabalho. Mais ainda, importa assinalar que, na perspectiva em que nos situamos, não concebemos a elaboração ou reelaboração dos projectos migratórios desligados da dinâmica social e familiar em situações muito concretas. É, normalmente, na família e em função da família de orientação ou de procriação e numa dada situação social que se concebem, tomam forma e realidade e reelaboram os projectos migratórios.

Sendo assim, neste trabalho procedemos a uma tentativa de definição, de forma pedagogicamente adequada, das problemáticas e questões científicas, visando salientar as singularidades das dinâmicas sociais e familiares e os efeitos de objectivação e sistematização que a sua explicitação propõe à volta das questões que envolvem as migrações portuguesas internacionais, bem como a dinâmica dos projectos migratórios que lhes estão associados.

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

De um tal modo de conceber a dinâmica dos projectos familiares migratórios desprender-se-á, cremos nós, uma atitude não dogmática e construtiva face à racionalidade científica e à sua relação com a realidade empírica, um elemento da prática de investigação que importa não perder de vista, ainda que o trabalho aqui apresentado releve mais do domínio teórico. Isto não obsta a que tenha subjacente um aturado trabalho de campo, fundamentado na observação directa e participante e em entrevistas semiestruturadas que, desde os anos 80 do século passado, temos prosseguido junto da comunidade portuguesa em França e mais recentemente na Alemanha. Nesta matéria, como de resto em muitas outras, entendemos que sem um trabalho de investigação próximo da realidade migrante não é fácil apreender as singularidades das trajectórias migratórias individuais e familiares, os processos de integração social e as (re)elaborações dos projectos que as animam.

Por outro lado, interessa ter presente que as condições de produção dos projectos são tão complexas quanto é a realidade social do grupo familiar, tanto antes como depois da e/imigração. Se no interior da mesma sociedade as diferenças lógicas decorrentes da pertença social, da condição de género, do estatuto e dos papéis atribuídos e assumidos no seio da família fazem, frequentemente, do grupo familiar um conjunto complexo, aquelas parecem ainda ampliar-se em situação migratória logo que se trata da elaboração de projectos familiares. Estes são, quase sempre, o resultado das condições de existência do grupo familiar e das atitudes que induzem a tomar outros comportamentos para as modificar em situações sociais muito concretas. Quais são os elementos mais implicados nesta questão? Quais os recursos de que se socorrem para as necessárias mobilizações? Trata-se de projectos colectivos que mobilizam cada um dos membros da família e visam a sua plena realização ou de projectos em função deste ou daquele membro da família? Ou ainda de projecto para os pais, ou antes de projecto familiar visando sobretudo os filhos? Ao longo da trajectória migratória, quais são os factores que mais contribuem para a realização de um projecto, ou quiçá da sua inflexão? Uma vez realizado este ou aquele projecto, quais são os efeitos que daí decorrem? Este conjunto de questões e outras que não são integradas neste trabalho reflectem necessariamente a complexidade dos fenómenos migratórios internacionais e as respectivas condições da existência familiar.

É à luz desta perspectiva que procuramos apreender as noções de dinâmica social e familiar e de projecto e as peculiaridades que interferem na formulação e até na inflexão dos projectos migratórios de muitas famílias portuguesas no decorrer dos últimos decénios.

## A NATUREZA DA DINÂMICA SOCIAL E FAMILIAR

96 A primeira grande questão, que, aliás, é das mais complexas nos estudos sobre os processos de mudança em contexto migratório, é que a dinâmica

dos projectos familiares que os acompanham não poderá ser apreendida como um facto isolado das demais dinâmicas sociais. Com efeito, se a família não é uma entidade estática, pois ao longo de todos os tempos e nas mais diversas circunstâncias sempre tem sabido resistir enquanto entidade, mas reinventando-se e criando condições de adaptação à luz das várias mutações económicas, sociais e culturais, outro tanto poder-se-á dizer dos projectos migratórios. Mais ainda, num caso e no outro, em contexto migratório internacional, como aliás nas demais sociedades contemporâneas, nem a sociedade nem a família estão contra a modernidade, mas, sendo ambas produtoras de modernidade, imprimem aos projectos familiares que as acompanham uma nova dinâmica. Deste modo, os projectos migratórios familiares, sendo definidos à partida, com o decorrer do tempo e o contacto aturado com sociedades mais mutantes — e até a consciencialização mais profunda de que a sociedade que um dia deixaram também foi objecto de profundas modificações, o que confere outro grau de adesão, significado e consistência a uma nova dinâmica de transformações em curso —, na maioria dos casos, vêm depois a ser objecto de várias inflexões mercê das várias dinâmicas familiares e sociais de que são tributários.

A este nível, a noção de dinâmica social, tanto na perspectiva de G. Simmel e G. Balandier como de A. Touraine e P.-H. Chombart de Lauwe, reenvia para uma ideia de força que faz com que nenhuma sociedade ou sistema social sejam imutáveis, mas antes movidos por algo que os incita a transformarem-se, quer no decorrer do tempo, quer em virtude das várias influências internas e externas que se vão exercendo. Lembremos que Saint-Simon (1965), ao falar de *ciência do homem*, ou de *ciência das sociedades*, ou ainda de *fisiologia social*, define a sociologia como o estudo das sociedades em acção, sendo esta essencialmente reconhecida sob o signo de uma tendência e de um desenvolvimento. Logo, a dinâmica dos sistemas sociais é um movimento irreversível associado ao sistema das relações internas situadas no tempo e no espaço, com ritmos e andamentos próprios determinados pelas estruturas internas e externas. K. Marx (1984) incita a apreender a organização das sociedades para lá das aparências, e, por conseguinte, as mesmas terão de ser percebidas nas suas próprias contradições e na dinâmica que daí decorre. Posição algo diferente tem G. Leibniz (1714), que, preconizando uma posição teórica do princípio de imanência social, em detrimento da ideia de acontecimento, realização, crise, ruptura e interacção entre dinâmica interna e externa, comum a outras correntes de pensamento (G. Deleuze, 1968), considera que todo o ser humano é portador do seu estado futuro e este realizar-ser-á se as condições sociais o não impedirem. R. Nisbet (1968) demarca-se desta posição ou até de outras afirmações mais categóricas, pois considera que há uma transformação das sociedades no decorrer do tempo, mas no interior de uma entidade que se mantém, embora

esta nunca permaneça eternamente igual a si própria. Por sua vez, E. Durkheim (1955), referindo-se à mesma questão, fala de sociedades em movimento, ou da inelutável junção da estrutura e do devir. Por seu lado, G. Simmel, no âmbito da sociologia dos conflitos, concede um lugar central ao conflito na sua teoria sobre a dinâmica das sociedades. No seu entender, sem correntes convergentes e divergentes profundamente imbricadas não é possível existir sociedade. Jamais sociedade alguma consegue tomar uma determinada forma sem uma certa proporção de harmonia e de discórdia, de associação e de competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis (G. Simmel (1908 e 1991). É, pois, no cerne deste conjunto de forças algo contraditórias, algo convergentes, que se inscreve a força do movimento, isto é, a dinâmica de qualquer sociedade.

Mas cabe a G. Balandier (1971 e 1986) ter desenvolvido, a partir dos anos 70, uma importante reflexão sobre a dinâmica das sociedades, inclusive da própria modernidade, que afirma ser movimento pelo movimento, nos finais do século xx (G. Balandier, 1985, 1988 e 1994). Considera, pois, que a dinâmica social faz parte do devir das sociedades. Logo, quando se forma uma sociedade nasce com ela a dinâmica, pois, de contrário, ainda hoje estaríamos num estado social primitivo, ou seja, «a consideração dos sistemas mostrou que a dinâmica é dada ao mesmo tempo que a estrutura e a dos níveis revelou, mais concretamente, os efeitos das suas relações e da acção diferencial do tempo sobre cada um deles» (G. Balandier, 1986, p. 58). Nesta perspectiva, a dinâmica social impregna a estrutura e acompanha o seu aparecimento e desenvolvimento.

Todavia, a este propósito, da sua obra *Sens et puissance* pode retirar-se um importante corolário segundo o qual qualquer sociedade, embora umas mais do que outras, é palco de várias dinâmicas sociais. Deste modo, segue um fio condutor em que evidencia três ordens de dados dinâmicos: os dinamismos inerentes ao sistema social, os dinamismos através dos quais o sistema tende a realizar-se e os dinamismos que vão desencadear a própria transformação social. Mas vai mais longe na exploração da natureza e alcance de tal reflexão. E diz então, por um lado, que os dinamismos que acabam de ser referenciados não explicam, por si sós, a singularidade da dinâmica social, na medida em que esta não dispensa a intervenção dos actores sociais, e, por outro, que todo este conjunto de elementos, remetendo para a dinâmica interna, não permite apreender a dinâmica social global de uma sociedade, tendo em conta que esta integra também a influência da dinâmica externa.

O caso da sociedade portuguesa, secularmente tributária das relações económicas, políticas e culturais com o exterior e do próprio fenómeno migratório, que, sob muitos aspectos, lhe está associado, é bastante paradigmático a este propósito.

Compreende-se, aliás, que, numa situação desta natureza, haja períodos históricos em Portugal, e o que vivemos actualmente, na designada era da globalização, não é o menos singular, em que as transformações internas beneficiam intensamente das influências externas, em termos de dinâmica social. Claro que a família, sendo, na opinião de A. Comte, a mais elementar unidade social de análise, na medida em que estabelece a relação entre o indivíduo e a sociedade e através da socialização familiar transforma os indivíduos em seres sociais, e não só familiares, não pode deixar de participar de todo este movimento e, por isso mesmo, ela não é eternamente reprodutiva, mas antes objecto de várias transformações, ainda que haja elementos que continuam a resistir à usura do tempo e das próprias transformações sociais. Por exemplo, apesar de o jurídico ir no sentido de uma muito maior democraticidade das relações entre pais e filhos, na prática é àqueles que continuam a ser confiadas as tarefas educativas e de sobrevivência da prole e alguma subordinação dos filhos aos pais. Logo, denota-se uma maior dependência das gerações mais novas em relação às mais velhas que tende a prolongar-se nos nossos dias com o aumento da escolarização e a entrada mais tardia dos jovens na vida activa. Seja como for, no nosso tempo, nas sociedades ocidentais, assistimos a profundas mutações familiares, pesem embora significativas distinções, logo que as mesmas sejam pensadas em termos de condição e pertença social ou em relação com este ou aquele espaço social e o quadro de vida que lhes está associado. Outro tanto se diga dos vários movimentos migratórios internacionais, que, embora sujeitos às condições estruturais das sociedades com que se relacionam, estão ainda mais sujeitos aos efeitos de conjuntura neste sentido.

Mas haverá ainda lugar para fazer uma breve referência ao pensamento de A. Touraine (1978, p. 15) sobre a matéria em análise. Na sua concepção, aquilo que globalmente caracteriza a dinâmica social das sociedades modernas é a entrada em cena, isto é, a intervenção dos vários actores sociais constituídos em movimentos. Sendo assim, considera que a sociedade é mais um drama, no sentido em que é animada por um conjunto de acontecimentos em agitação, do que uma estrutura. Deste modo, as «sociedades programadas» são cada vez menos sociedades de herança e de reprodução e cada vez mais sociedades de produção e de mudança, fazendo apelo a um novo tipo societal.

P.-H. Chombart de Lauwe (1981, p. 8), mais atento à complexidade das questões suscitadas pelas diferentes posições dos grupos sociais, designadamente dos que se encontram em situação de marginalização e/ou de dominação, como acontece frequentemente com os grupos migrantes, vem propor o empenhamento dos vários actores sociais na reorganização das sociedades através da dinâmica cultural e da transformação social que daí poderá decorrer. Logo, considera que «a cultura não é tão-somente um

património recebido, mas sobretudo a possibilidade criadora de que dispõem os diferentes grupos sociais. Nesta óptica, ela elabora-se a cada instante da vida quotidiana, onde se encontram forças inaproveitadas que poderiam permitir aos grupos e às sociedades em questão tomar em mãos o seu próprio destino. Só a este preço os impasses em que nos encontramos, sob o plano tecnológico, económico, político e social, poderão, possivelmente, ser ultrapassados e ser preservado o futuro do planeta.»

Neste sentido, não são apenas as sociedades e os grupos dominantes, quiçá as grandes potências internacionais mais ricas e mais performantes, que são produtores de novos dinamismos sociais e culturais, tal o caso dos Estados Unidos propalando a «americanização do mundo» (G. Rocher, 2001), mas também outros grupos muito menos poderosos, porventura até em situação de dominação. Muitas vezes estes forjam no seu interior um potencial importante de aspirações que apela à mudança e à elaboração de novos projectos de vida e de sociedade. Em determinadas situações, o contributo dos grupos de migrantes internacionais não é o menos eloquente a este propósito. Normalmente, à medida que a sua presença se intensifica e solidifica, vão introduzindo novos elementos culturais e sociais e dando azo à emergência de sociedades multiculturais, tal como acontece cada vez mais nos nossos dias.

Na perspectiva de M. Wieviorka (1998, p. 242), «a singularidade das nossas sociedades, contrariamente a uma ideia recebida, é que tendem mais a transformar-se culturalmente do que a homogeneizar-se sob o impacto da globalização da economia ou da internacionalização da cultura de massas sob a hegemonia da cultura americana. Logo, a diferença cultural é fruto de uma invenção permanente, em que as identidades se transformam e se recompõem e onde não existe nenhum princípio de estabilidade definitiva, ainda que as novas identidades venham, por vezes, inserir-se em formas antigas, como se vê com as correntes que reinventam o islão no seio das sociedades ocidentais.» O que pode então dizer-se é que, logo que as condições de vida dos grupos minoritários em situação migratória se transformam e as relações com outras sociedades assumem novas dinâmicas, se revelam igualmente as manifestações sociais e culturais. Trata-se de uma dinâmica cultural que utiliza os conhecimentos adquiridos, tanto antes como depois da e/imigração, para os reorganizar de modo novo e para criar conhecimentos nos vários domínios da vida social, nas práticas da vida quotidiana, nas relações sociais, nas representações e nos valores.

## A IMBRICAÇÃO ENTRE DINÂMICAS SOCIAIS E DINÂMICAS FAMILIARES EM SITUAÇÃO MIGRATÓRIA

Daqui decorrem, para o assunto em análise, três questões essenciais: serão as dinâmicas familiares distintas das dinâmicas sociais ou serão antes

interactivas? Que influência pode exercer um conjunto de condicionantes estruturais forjadas ao nível macrossocial sobre estas ou aquelas famílias singulares, tal o caso das famílias portuguesas e/imigrantes? Que tipo de estratégias elaboram essas famílias logo que se trata de conferirem realidade aos seus projectos ou ainda quando procedem à sua reelaboração?

Tentando encontrar alguns elementos de resposta, façamos um breve comentário acerca destas questões. Em primeiro lugar, no que se refere à imbricação das dinâmicas sociais e familiares, pode dizer-se que a família é, normalmente, um espaço de construção de normas e de sentido tanto sob o ponto de vista material como simbólico, ou seja, é sobretudo nela e a partir dela que se interiorizam os sistemas de valores e se elaboram as estratégias, sendo estas entendidas como uma conduta racional, contendo certos objectivos capazes de induzirem a adoptar um conjunto de atitudes e práticas ideológicas ou morais, visando, assim, produzir este ou aquele efeito. Normalmente, é ainda a partir da família que são formulados os projectos e se orientam as condutas dos vários membros do grupo familiar, tomados individualmente ou no seu todo. Porém, ao agir desta maneira, conferindo uma determinada orientação individual e familiar às atitudes e aos comportamentos, fá-lo em interacção com uma determinada situação social. Assim sendo, o projecto familiar, direccionando as trajectórias sociais dos indivíduos, participa da dinâmica ou, ao invés, de alguma inércia do contexto social envolvente. Nesta lógica, as intervenções da família sobre os indivíduos e a própria sociedade e desta sobre aqueles estão profundamente articuladas.

Com esta perspectiva, pretendemos afirmar que esta concepção sobre a família se demarca de certos pontos de vista, algo evolucionistas, que atribuem antes à família um papel passivo, tentando fazer dela um simples reflexo ou, quando muito, uma mediadora das estruturas e conjunturas económicas e culturais. A nossa abordagem afasta-se desta em duas vertentes essenciais, na medida em que deixa de considerar uma quase relação causal de *classe social-trajectória individual* para se guiar por uma dimensão triangular formada por *classe/condição social-projecto familiar-trajectória individual*.

Quanto ao papel das condicionantes sociais, sendo estas tanto de ordem estrutural como conjuntural, não produzem, todavia, efeitos idênticos sobre os diversos actores sociais, por vezes até da mesma condição social. A este respeito, aceitando a ideia de E. Durkheim de que os constrangimentos sociais condicionam todo o conjunto da vida humana e social, não deixamos de insistir, no entanto, sobre este aspecto fundamental que se prende com a capacidade de intervenção dos actores, como bem o refere A. Touraine. Porém, estes intervêm sempre num determinado contexto social. Deste modo, numa sociedade mais dinâmica, tanto sob o ponto de vista económico



como cultural, o actor pode intervir mais na sua trajectória, pois o contexto envolvente, sendo mais aberto, proporciona-lhe um leque de maiores possibilidades e prováveis futuros. Neste sentido, os possíveis individuais, diferenciando-se, mais não são do que o modo como os vários actores sociais integram uma dinâmica da interiorização-exteriorização dos vários possíveis.

Fazendo apelo, por exemplo, ao fenómeno das migrações económicas internacionais portuguesas, a história revela-nos, desde o século xv, que muitos portugueses emigram, individualmente ou em família, em busca de uma vida melhor. Mas outros, vivendo em condições similares, preferem ficar. O mesmo se diga no que se refere às migrações internas.

No entanto, nem num caso nem no outro os mesmos contemporâneos, na óptica de W. Dilthey, ou ainda as *unidades de geração*, como diria K. Manheim (1972), emigram de maneira semelhante no mesmo momento, se dirigem para os mesmos destinos, o fazem por razões análogas, adoptam os mesmos tipos de comportamento e de estratégias nas sociedades e locais para onde se dirigem, se orientam por atitudes similares em relação ao processo de inserção ou integração social local ou, ao invés, do regresso ao torrão natal. Deste modo, os efeitos das condicionantes globais repercutem-se sobretudo em processos reais através de mediações muito concretas.

Este ponto adquire ainda maior relevância logo que se toma a família como um espaço onde se elaboram as estratégias e se forjam as escolhas relacionadas com esta ou aquela alternativa, numa dada condição social, na medida em que os vários elementos que a compõem, possivelmente uns mais do que outros, contribuem para a construção de uma *praxis* familiar e social. Ora as componentes deste processo reflectem-se, muito concretamente, nas situações migratórias familiares. E isto por duas razões fundamentais.

A primeira prende-se com a natureza dos próprios projectos migratórios, que, normalmente, no caso das migrações económicas, gravitam em torno da família. Muitos dos portugueses que emigraram a partir dos anos 60 para países europeus, no quadro de um trabalho de campo, baseado na observação directa e participante, num vasto leque de entrevistas semiestruturadas e biografias familiares, prosseguido em França desde os anos 80 e mais recentemente na Alemanha, países para onde a emigração portuguesa tem sido mais intensa, dizem-nos ter migrado para melhorar as suas condições de vida e as da família e poder proporcionar aos filhos um futuro diferente do que parece determinado pela actual condição social. Outros dizem ainda querer formar a sua família de procriação em condições diferentes da sua família de orientação. Mais tarde dizem ter realizado o projecto económico que envolveu a sua partida, mas continuam ainda imigrados para proporcionar aos filhos outras prerrogativas. É a partir de então que se denotam as principais inflexões nos projectos iniciais de emigração, mais direccionados para o material, tentando agora reorientar-se também para o cultural,



uma escolarização mais prolongada, extremamente mais valorizado tanto pelas sociedades envolventes como pelos próprios. E, posteriormente ainda, quando esses já foram atingidos e os filhos entram ou estão prestes a entrar na vida activa, constata-se que continuam emigrados, afirmando não querer lesar o futuro dos filhos.

Aliás, muitos dos portugueses que habitam na Alemanha e em França parecem ter dificuldade em conceber projectos de maneira individualizada ou em função dos seus próprios objectivos individuais. Aparece, assim, como que uma necessidade de se projectar no outro, neste caso a família e os filhos, para legitimar as suas opções em matéria de projecto. Se não, veja-mos. Nos primeiros tempos do processo migratório partia-se para proporcionar à família e aos filhos melhores condições de vida material e social. Alcançados estes objectivos, continua-se imigrado porque se pretende que os filhos possam fazer agora percursos escolares mais prolongados, em alguns casos orientados até para a universidade. Quando os filhos atingem a idade adulta e, provavelmente, ingressam no mundo do trabalho, continua-se imigrado para não lesar o processo de integração social nas sociedades de residência. Chegada a idade da reforma, e tendo alcançado a realização dos projectos migratórios que foram formulando, não se quer ou hesita-se em regressar porque os filhos e os netos se fixaram na terra que os viu nascer e crescer. Tendencialmente, estes oferecem resistência em quererem vir viver para a terra dos pais e dos antepassados.

No entanto, num menor número de casos constata-se que os projectos migratórios dos pais integram uma linha de orientação definida que se prende com a vontade firme de regressar ao torrão natal. Mesmo assim, mantendo-se determinados no projecto de retorno, regressaram em tal idade e passagem de ciclo escolar dos filhos para que estes pudessem prosseguir a sua escolarização em Portugal ou não viessem mais tarde a recusar acompanhar os pais numa outra fase de mobilidade espacial: a do regresso mais ou menos definitivo. Muitos, porém, uma vez regressados, devido a dificuldades de reintegração na terra que os viu nascer, ou de realização dos projectos almejados, voltam novamente para os países que antes os acolheram. Para os filhos, a situação torna-se, por vezes, mais complexa em virtude de verem menos respeitada a sua capacidade de autonomia e de iniciativa. Também, neste caso, há os que se adaptam bem e os que um dia regressam ao país que os viu nascer e crescer e onde procuram agora refazer o seu meio de vida mercê dos conhecimentos e das relações criados anteriormente.

Poder-se-á então dizer que a família, apesar das grandes mutações que se produzem no seu seio e, por conseguinte, até de uma maior probabilidade de individualização de cada um dos seus membros em situação migratória, pesem também aqui significativas transformações a este propósito, parece continuar

a investir no sentido gregário do grupo, como se os seus elementos, extremamente interdependentes em termos intergeracionais, tivessem dificuldade em se assumirem e darem realidade aos seus projectos sem os outros: os pais, transferindo para os filhos a legitimação das suas escolhas e estratégias a fim de realizarem este ou aquele projecto, e, por sua vez, os filhos, sentindo que sem o concurso dos pais, trabalhando obstinadamente para angariarem capital económico, terão muito menos probabilidades de acederem ao capital cultural mais valorizado ou simplesmente a esta ou àquela via de mobilidade social, quer de cariz vertical para uns, quer horizontal para outros (P. Sorokim, 1927).

Aludindo agora à segunda razão, esta prende-se com o modo como os vários membros da família e as diversas famílias investem na realização dos seus projectos migratórios, mas também como é que as iniciativas práticas de cada um vão repercutir-se sobre os outros, podendo, assim, imprimir uma nova dinâmica aos projectos familiares migratórios.

Para a configuração precisa destas questões, antes de mais, importa ter em conta que, à partida, em situação de necessidade económica — tal como acontecia, frequentemente, nos anos 60-70 com as famílias portuguesas candidatas à e/imigração de um ou de todos os seus membros —, raramente os projectos são concebidos para o longo e mesmo o médio prazos. Num primeiro tempo, trata-se antes de sair da precariedade e de angariar meios para responder a um conjunto de necessidades básicas, como sejam a (re)construção da casa com condições de conforto moderno, as práticas alimentares e indumentárias de melhor qualidade, a compra do carro e a melhoria geral dos modos de vida familiar. Em parte, a resposta a estes objectivos consegue-se através de uma ética que investe em esforços sucessivos e persistentes, bem patentes num lema de vida pautado por um comportamento de necessidade-preocupação, visando trabalhar o máximo, ganhar o máximo numa sociedade com maiores aberturas profissionais, económicas e sociais, economizar o máximo, gastar o mínimo para poder realizar o ou os projectos que os levaram a partir e a regressar rapidamente a Portugal em melhores condições económicas. Não admira, pois, que os projectos de vida pessoal e familiar se focalizassem mais no imediato, no provisório, no curto prazo. De algum modo, em qualquer situação sócio-geográfica, a realidade torna claro que só quando os indivíduos e respectivas famílias conseguem sair de uma situação de precariedade são capazes de reunir condições para conceberem aspirações mais elevadas (P.-H. Chombart de Lauwe, 1971 e 1975) e forjarem projectos para um futuro mais orientado para o médio e o longo prazos. Aí se mostra de que forma a modificação das condições de existência em sociedades mais abertas e mais dinâmicas, o sentido das oportunidades e a percepção dos possíveis, conjugados com uma certa ética do esforço (M. E. Leandro, 1992, 1995 e 2000), contribuem para forjar atitudes e comportamentos de inflexão dos projectos migratórios iniciais.

## A NOÇÃO DE PROJECTO: SUBJECTIVIDADE E OBJECTIVIDADE

Esta problemática induz-nos então a determo-nos, ainda que sucintamente, sobre a noção de projecto. Teremos de reconhecer que a mesma, em termos conceptuais, não tem merecido muita atenção por parte dos sociólogos. Cabe antes à filosofia o ter-se debruçado sobre esta questão. Encontramos elementos a este propósito designadamente nos trabalhos de J.-P. Sartre, M. Merleau-Ponty, E. Husserl, D. Christoss, entre outros. Parecendo reenviar-nos para um conteúdo simples e de fácil apreensão, ou seja, para a ideia da orientação que os indivíduos ou grupos dão às suas trajectórias individuais e sociais, é de uma extrema complexidade, na medida em que integra várias dimensões em torno do subjectivo e do objectivo, do individual e do grupal, mas também das condições sociais, que nem sempre são igualmente fáceis de contornar pelos vários actores sociais.

Com efeito, se, subjectivamente, o projecto permite conceber as sucessivas etapas para atingir esta ou aquela finalidade, sob o ponto de vista objectivo, a elaboração de um projecto, tendo em vista a sua realização, implica inscrevê-lo num contexto social muito concreto. Desta maneira, se, tal como considera J.-P. Sartre (1986, pp. 136 e 85), o projecto é vontade individual, pois «o homem define-se pelo seu projecto, ou ainda pela capacidade de [...] ultrapassar uma situação e, por conseguinte, pelo que consegue fazer do que fizeram dele, mesmo que nunca se reconheça nesta objectivação», a realização do projecto é eminentemente social. Mas não basta que a realidade proporcione um leque de possibilidades para que a sua realização seja automática e imediata. Em condições idênticas nem todos agem da mesma maneira e aproveitam igualmente dos possíveis proporcionados por este ou aquele contexto social. Do que essencialmente se trata aqui é da percepção que os diferentes actores sociais conseguem forjar dessa mesma realidade. E esta percepção resulta de um trabalho da subjectividade na qual a imaginação, a vontade, os valores, o capital de experiência própria ou da dos outros, tendo vivido situações análogas, exercem um papel fundamental. Neste sentido, perante a existência de uma realidade social identificável é necessário que os actores consigam fazer uma avaliação das suas próprias possibilidades e capacidades.

Sem cair num excesso de voluntarismo, pois nem tudo é igualmente possível para todos no mesmo momento e nas mesmas circunstâncias, poder-se-á, no entanto, dizer que, normalmente, esta lógica está bastante presente nas trajectórias migratórias internacionais. De resto, em termos de projectos, em condições sociais e económicas mais ou menos idênticas, muitas vezes, os imigrantes conseguem obter resultados bastante distintos dos autóctones, uma vez que são animados por um conjunto de aspirações, perspectivas e percepções diferenciadas acerca da realidade em que vivem.

Ao mesmo tempo, munidos de projectos que os animam, conseguem mobilizar-se e investir-se de maneira distinta.

Ao nível em que nos situamos, importa referir que os e/imigrantes portugueses não iniciaram o seu percurso de vida com a e/imigração, mas são antes o produto de uma história individual e colectiva que integra as rupturas em devir na sociedade portuguesa dos anos 60-70 (A. Barreto, 1996) e um leque de aspirações forjadas antes da e/imigração. É em função dessa mesma história que (re)elaboram os seus projectos e reinterpretem a sua nova condição (D. Schnapper, 1991). Na esteira de A. Sayad (1977 e 1999), analisando as três idades da emigração argelina para a França, o que pode afirmar-se é que a emigração vem consagrar, acentuar e solidificar um conjunto de mudanças em curso relacionadas com uma maior modernização da sociedade portuguesa da época. Assim sendo, os projectos migratórios, cuja realização é transferida para sociedades europeias mais desenvolvidas, são também imbuídos destas lógicas de modernização. Neste sentido, não integram apenas uma dimensão económica, de fuga à pobreza, mas também social e cultural, como tem vindo a revelar-se na procura e no acesso a muitos bens da modernidade avançada.

Poder-se-á então dizer que, se, por um lado, o projecto é vontade individual, por outro, integra também a dinâmica ou, inversamente, a inércia desta ou daquela sociedade onde pretende tomar forma e a percepção que se forja acerca das mesmas. Isto significa que o projecto se torna, para os seus actores, a interiorização da exteriorização, ou seja, a elaboração de uma estratégia de mobilização que tenha em conta as condições reais da sua concretização. Trata-se de uma dialéctica que deverá ser procurada na relação dos homens com a natureza e a sociedade, tendo em conta as condições de origem e as relações que os homens tecem entre si ao longo da sua trajectória de existência. Este aspecto assume uma importância fundamental, na medida em que o projecto, para ter realidade, necessita de integrar as possibilidades objectivas que lhe são exteriores. A este propósito, M. Merleau-Ponty (1971, pp. 103-104), pondo-se a questão do ser percebido e do horizonte espaço-temporal, considera que «uma primeira percepção sem fundamento é inconcebível. Toda a percepção supõe um certo passado do sujeito que apreende a maneira abstracta da percepção como reencontro dos objectos, implicando um acto mais secreto através do qual elaboramos o nosso meio.»

Deste modo, a concepção do projecto e da sua realização exige, ao mesmo tempo, o concurso das vontades individuais e um contexto favorável à sua realização, o que leva J.-P. Sartre (1986, p. 86) a dizer que o projecto consiste na adopção de «uma conduta rudimentar que se determina, simultaneamente, em referência aos factores reais e presentes que a condicionam e em relação a um certo objecto a criar a que tenta dar forma».

Mas em situações tão complexas quanto as das migrações internacionais, à partida, nem sempre é claro que os indivíduos, tomados isoladamente ou em família, conheçam objectivamente todas as condições reais da nova sociedade para onde imigram. Daí a elaboração de projectos que visem sobretudo encontrar numa outra sociedade os meios, em princípio económicos que não integram menos a dimensão cultural, que venham a dar-lhes forma e visualidade. Na esteira de E. Husserl (1966), podemos afirmar que a vivência intencional dos portugueses em contexto migratório internacional, sendo sempre consciente de alguma coisa, não se manifesta menos em várias formas distintas de significação, reportando-se a situações bem concretas, logo que se trata de conceber e reelaborar projectos migratórios.

Todavia, a realidade tem vindo a revelar que, na grande maioria dos casos, os emigrantes não partem numa situação de total desconhecimento acerca da nova realidade social que os recebe. Na verdade, há toda uma vasta rede de relações que se vai tecendo entre os primeiros que partem e os que ficam que faz com que estes possam elaborar uma certa constelação de elementos avaliativos em relação à sua provável situação futura. Assim, integrando, ora dados subjectivos, como a imaginação, a vontade de querer alterar o rumo da existência, os sistemas de valores e as singularidades da sua própria identidade, ora elementos objectivos, como a avaliação, a partir do que se evidencia através da experiência de terceiros, da informação veiculada pelos diversos canais de comunicação social e do sentido da actividade profissional no país de imigração, vão forjando uma percepção orientada das prováveis realidades e do campo dos possíveis, o que exerce um papel crucial na elaboração dos projectos familiares migratórios.

Seja como for, o que se verifica é que todo o projecto, sendo, simultaneamente, interiorização das oportunidades objectivas e exteriorização da interioridade pelo que se dá a ver, é o que exprime melhor a articulação entre o subjectivo e o objectivo, entre a intervenção dos actores e as condicionantes sociais a que os mesmos estão sujeitos. Na reflexão entreaberta por J.-P. Sartre a este respeito, embora de índole filosófica, trata-se de uma estratégia através da qual o homem consegue fazer algo a partir do que a sociedade pretende fazer dele.

Acontece, porém que, ao deixar-se conduzir exclusivamente por esta perspectiva, se corre o risco de cair num voluntarismo exacerbado, um ponto de vista que não partilhamos de modo algum. Nas mesmas condições sociais nem tudo é igualmente possível para todos e, todavia, nada nos permite retirar daí qualquer asserção abusiva segundo a qual uns conseguem atingir os seus objectivos porque são dotados de mais capacidades do que outros. Há limites de vária índole, como sejam, por exemplo, os recursos materiais, culturais, as redes de relações sociais, de conhecimentos, o capital de experiência e até os incidentes imprevistos e os próprios constrangimentos sociais, que condicio-

nam diferentemente as trajectórias individuais e familiares. Por outro lado, não deixa de se verificar que a abertura de condições sociais idênticas não é apreendida, ao mesmo tempo, por todos da mesma maneira. Nesta óptica, em consequência da diversidade das trajectórias migratórias, famílias distintas imprimem uma dinâmica singular aos projectos que lhes estão associados, sabendo articular os recursos com a abertura do campo dos possíveis, pois a realidade não é só feita de constrangimentos e limitações, mas também de recursos, de aberturas e de possibilidades. Porém, nem todos sabem ou conseguem tirar daí as mesmas prerrogativas, por vezes, até em idênticas condições sociais de existência.

Deste modo, os projectos inscrevem-se numa realidade cuja percepção e intervenção se transformam em função dos pontos de vista e das realidades objectivas com que os diferentes actores familiares e sociais se vão confrontando. Vistas por este prisma, a situação e (re)elaboração dos projectos e quiçá a sua inflexão não se inscrevem apenas no momentâneo e ao sabor das circunstâncias, mas integram também a história de vida da pessoa e do seu grupo mais próximo, que é, no caso em análise, a família, com todos os elementos que a compõem. Assim, se para um grupo de situações o equivalente das possibilidades abertas parece reduzido, ele não é igualmente apercebido por todas as pessoas que se encontram em situação idêntica. Daí a importância da interacção que se forja e circula no interior do grupo familiar e deste com a sociedade envolvente. Decerto que uns serão mais sujeitos-actores do que outros — porventura para certos aspectos mais as mulheres do que os homens, mais os jovens do que os adultos, e inversamente —, mas todos, em conjunto, conseguem imprimir uma nova dinâmica aos projectos migratórios familiares em vias de se fazerem e refazerem.

## A SINGULARIDADE DAS MIGRAÇÕES PORTUGUESAS INTRA-EUROPEIAS NA ÓPTICA DOS PROJECTOS MIGRATÓRIOS

Para mostrar a pertinência e fecundidade potencial desta forma de interrogar os fenómenos imigratórios portugueses e as situações sociais em causa convém lembrar que, desde todos os tempos, aquilo que, globalmente, caracteriza as migrações portuguesas internacionais de índole económica é que são os grupos de condição social modesta que manifestam uma maior tendência para emigrarem, visando, assim, melhorar as suas condições de vida no exterior, já que, internamente, o «destino ou a sorte» parece não os terem privilegiado. De facto, como muito bem refere A. Herculano, «a miséria de um ou outro indivíduo pode derivar de culpa própria: a que expulsa uma parte notável da população de um país, onde esta, considerada colectivamente, está longe de superabundar, é sempre resultado de um defeito ou de uma

perturbação nos órgãos da sociedade». Poder-se-á dizer que esta afirmação, sendo de outrora, continua ainda nos nossos dias de uma extrema actualidade, ainda que abundem os discursos no sentido de fazerem crer que Portugal não é mais um país de emigração, mas antes de imigração, sinal da sua transformação económica, social e cultural. Contudo, só nos últimos anos os números desta parecem ter ultrapassado os daquela. Não obstante, a emigração portuguesa, de forma temporária ou prolongada, nos últimos anos continua a retomar novo fôlego (M. E. Leandro, 2002; M. I. Baganha *et al.*, 2002).

De qualquer modo, importa assinalar que, contrariamente a certas ideias preconcebidas, à partida, os emigrantes, sendo geralmente oriundos de grupos de condição social modesta, não são os mais miseráveis, até porque, e/imigrando, lutam contra o conformismo, procuram romper com a sua situação social, de algum modo até com alguma inércia social, e auguram, em terras estrangeiras, novos possíveis para si e para os seus familiares. Foi assim no passado e, embora com menor intensidade e de modo mais complexo, continua a sê-lo ainda nos nossos dias. Mas nem por isso se transformam menos em seres activos de dinâmica social em relação às sociedades com que se relacionam.

Esta perspectiva, que, aliás, não é específica do caso português, permite-nos continuar a avançar com a hipótese da predominância dos factores económicos na decisão de emigrar, isto é, enquanto persistirem fortes desigualdades económicas, salariais e sociais internas e entre Portugal e países mais ricos e desenvolvidos, a emigração portuguesa tem tendido a persistir, ainda que Portugal tenha sido palco de várias transformações económicas e sociais. Frise-se, no entanto, que não somos daqueles que partilham os pontos de vista que encerram a decisão de e/imigrar em critérios estritamente económicos, como as teorias do *push* e do *rush*, segundo E. Ravenstein (1885). Consideramos, outrossim, que, apesar da força dos factores económicos, a decisão do(s) actor(es) se reveste sempre de uma importância fulcral (A. Touraine, 1984). Fazer do e/imigrante apenas o *homo oeconomicus*, o *homo faber*, em total detrimento do *homo socius*, afigura-se-nos algo redutor, pois consideramos que ignora a capacidade de escolha e a elaboração de estratégias por parte do e/imigrante e da sua família.

Uma segunda hipótese ainda prende-se com a existência de um certo imaginário social popular em Portugal e até de uma certa cultura de emigração que, em virtude da formação específica de um certo inconsciente emigratório português, forjado ao longo de uma prática secular, em situações económicas e sociais difíceis, induz mais os indivíduos e certas famílias a e/imigrarem do que a procurarem melhorar a sua situação ao nível interno. Tal situação, relacionando-se com uma prática ancestral, nem por isso está menos presente nos nossos dias, em que muitos portugueses, mesmo dotados de mais capital escolar e perante uma situação de mais emprego no interior do país, continuam a partir para tradicionais países de imigração portuguesa, como, por exemplo, a Alemanha, a França, a Suíça, entre outros.



Poder-se-á ainda falar de um certo sentido de ocasião e de direcionalidade que, em condições sociais mais ou menos propícias, contribui para desencadear e solidificar as decisões de e/imigrar para este ou para aquele país, para onde já se dirigiram anteriormente «e/imigrantes activos», isto é, os que, sendo pioneiros na partida para um local inédito, foram capazes de desbravar um terreno mais ou menos desconhecido para os demais. Daí, em parte, os grandes fluxos seculares de e/imigração portuguesa para o Brasil até princípios dos anos 60, mas também para os Estados Unidos e o Canadá e, posteriormente, para a Alemanha, a França, o Luxemburgo e, mais recentemente, para a Suíça, entre outros destinos. O conhecimento adquirido e sistematizado acerca destas rotas migratórias permite falar não apenas de espaços formalizados e fisicamente estruturados, mas também da construção de espaços históricos de e/imigração portuguesa. A realidade vem mostrando que a e/imigração, sendo também favorecida pelo interconhecimento entre as pessoas, abarca, simultaneamente, o conhecimento que se vai forjando acerca deste ou daquele contexto social, económico, político e cultural.

Mas o que, paralelamente, mais importa relevar nesta altura é todo o conjunto de aspectos que se prendem com a emergência, permanência e reactualização de redes de permuta entre os primeiros que partiram, os que ficaram e os outros que se lhes vão seguindo, mesmo no encadear das sucessivas gerações migratórias (A. Sayad, 1977 e 1999; M. E. Leandro, 1998). Neste sentido, o próprio espaço migratório deixa de ser isotópico, na medida em que cada ponto, cada localização, têm um carácter de unicidade, definida por redes invisíveis de laços urdidos entre os que partiram e os que ficaram, entre os pioneiros e os que se lhes vão seguindo no decorrer do tempo. Interessa deixar claro, a este respeito, que se deve considerar o quadro migratório internacional português como resultado de um processo interactivo influenciado pela dinâmica interna da sociedade portuguesa, pela dinâmica externa das sociedades para onde se tem dirigido a maioria dos e/imigrantes portugueses e pelas estratégias dos actores familiares e sociais envolvidos pelas tramas das migrações internacionais.

A realidade do passado (J. Alves, 1994) e a mais recente, que temos vindo a estudar desde os anos 80 do século passado em França e mais recentemente na Alemanha, em grande parte, vêm confirmando estas asserções. Normalmente, emigrando posteriormente para este ou aquele país ou região, os e/imigrantes contam com o apoio dos familiares, dos amigos, dos vizinhos ou tão-só dos compatriotas que os precederam nesta «odisseia». Por outro lado, tal como os primeiros, muitos portugueses e suas famílias pensam poder realizar mais rapidamente e com outros meios os seus projectos individuais e familiares em sociedades mais dinâmicas e dotadas de outras estruturas económicas, sociais e culturais do que a sociedade portuguesa. Simultaneamente, trilhando caminhos entreabertos por outros compatriotas, familiares, amigos

ou vizinhos, encontram, logo à partida, redes de suporte social capazes de lhes proporcionarem ajuda perante as primeiras dificuldades que possam encontrar. Este esquema assinala ainda como se estrutura a construção de um campo de e/imigração portuguesa e como se perpetua através do tempo e do espaço, pelo menos durante períodos mais ou menos longos. No que se refere às migrações internacionais portuguesas, foi assim no passado com o Brasil e desde a segunda metade do século XX com alguns países do continente europeu, onde a Alemanha, a França, o Luxemburgo e a Suíça assumem um lugar de relevo.

Neste sentido, podemos então interrogar-nos sobre o conteúdo dos seus projectos e das singularidades das suas estratégias para os concretizarem, no interior do continente europeu, na segunda metade do século XX. Contudo, antes de mais, poder-se-á dizer que o ponto a partir do qual se desenha a orientação desses projectos está bem expresso no modo como concebem a sua trajectória migratória em busca de uma vida melhor para si e para os seus.

Deste maneira, olhando a imigração como meio de conseguir ultrapassar essa situação e, se possível, enveredar por uma via de mobilidade social ascendente de índole vertical ou horizontal, os portugueses, com as suas famílias, tendem a forjar, num primeiro tempo, projectos de imigração mais direccionados para o material e para o curto prazo. De algum modo, poder-se-á dizer que esta fase corresponde a uma certa instalação num sentimento do provisório, na medida em que a ideia do regresso está ainda muito presente. Por outro lado, convém lembrar que numa situação económica e cultural deficitária, como aquela em que viviam, lhes era extremamente difícil, se não praticamente impossível, conceberem projectos para o médio e o longo prazos. Uma vez concebidos e encetados no curto prazo, quando conseguem sair de uma situação de alguma precariedade, mesmo à custa de um longo esforço e de muita tenacidade, estes actores vão adquirindo uma melhor capacidade de gerirem o quotidiano e contornarem os imponderáveis com que a vida, por vezes, os surpreende.

Compreende-se, aliás, que, numa situação complexa como esta, sejam necessários a estas famílias muitos esforços de obstinação, de tenacidade e até de resistência para atenuarem o impacto destruidor de serem obrigadas a viver numa situação particularmente difícil, ou seja, a que obriga a uma mobilização permanente de esforços visando rentabilizar os meios económicos e sociais ao seu alcance. Não admira, pois, que, perante várias contingências, aliás, como bem refere L.-V. Thomas (1984), situação sempre difícil de enfrentar logo que a realidade imponha certos imperativos, vão forjando um «comportamento de preocupação» dominado pela necessidade (P.-H. Chombart de Lauwe, 1975). Desta maneira, muitas vezes, e sobretudo nos primeiros tempos da imigração, vive-se uma condição algo compartilhada entre o que se possui, precisa e aspira conseguir para assegurar

as condições mínimas de subsistência, designadamente em termos habitacionais e até em qualidade alimentar e indumentária. Com o decorrer do tempo e a melhoria das condições de vida, as coisas tendem a modificar-se. Mas antes as necessidades reais ou programadas ditavam os modos de vida.

Não é por acaso que a grande maioria dos portugueses que emigraram nos anos 60-70 para a Europa indica a construção ou aquisição de uma casa, dotada de boas condições de conforto moderno, como principal móbil da sua partida, o que congrega muitos dos esforços familiares. Logo, a casa e tudo o que encerra constituem um móbil fulcral para a elaboração dos projectos que *a priori* induziram muitos portugueses à partida para terras algo distantes, algo próximas, porque agora, ao contrário de outros tempos, no interior do mesmo continente. Mesmo assim, algo desconhecidas, algo conhecidas, porque as distâncias agora mais curtas entre a sociedade de partida e a de chegada e o vai e vem que daí decorre tornam a informação e a visualidade do «sucesso» dos primeiros que partiram mais visíveis. Deste modo, projectos ainda difusos por parte dos que ficaram em idênticas condições sociais têm mais probabilidades de virem a tomar forma e mobilizar todos os membros da família a curto e a médio prazo. A este empreendimento junta-se ainda o propósito de aumentarem o património material a fim de poderem proporcionar aos filhos um futuro que, sob o ponto de vista económico, social e cultural, em nada se pareça com os modos de vida que a «sorte e o destino» parecem ter-lhes reservado. Daí o poder falar-se de uma desejada ruptura, em termos sociais e culturais, de uma geração em relação à outra, embora forjando entre elas várias cumplicidades.

Uma consequência que daqui decorre é que, inicialmente, as condições de produção dos seus projectos eram tão complexas quanto o era a realidade social dos grupos familiares de condição social modesta em Portugal. Desta maneira, sendo o reflexo uns dos outros, os membros da família visavam sobretudo a melhoria da sua condição material, não deixando embora de, simultaneamente, integrar, já nessa altura, uma dimensão cultural, uma vez que procuravam aceder também aos bens da modernidade, o que se lhes afigurava muito difícil, pelo menos no imediato, na sociedade portuguesa de então.

Não admira, pois, que, no meio de todas estas vicissitudes, tendo imigrado para países em franco crescimento económico e numa época em que o trabalho para os imigrantes era abundante, os portugueses adoptassem um certo comportamento ascético, embora não racionalizado à maneira dos protestantes calvinistas de que nos fala M. Weber (1964), mas antes em termos de um *ethos* cristão católico, em relação ao trabalho, ao esforço, à poupança e aos modos de vida (E. Todd, 1994; M. E. Leandro, 2000). De qualquer modo, o trabalho, aliás um elemento fundamental da sua socialização desde tenra idade, como era apanágio nas famílias rurais portuguesas da época, torna-se para eles «um valor refúgio» (J. Kristeva, 1988), um meio,

praticamente exclusivo, para alcançarem os seus objectivos. Daí a estratégia de investir, obstinadamente, no trabalho, desgastando-se, mas não gastando no imediato todos os recursos que vão adquirindo, a fim de poderem realizar, com o que advém da acumulação que dele decorre e da poupança, os projectos que os levaram a partir.

Nesta óptica, parece poder afirmar-se que, no essencial, os projectos nesta fase imigratória, ainda que orientados para o futuro, eram de algum modo a continuidade de projectos anteriores difusos, vividos no passado, antes da emigração. Na verdade, se um projecto desta natureza contém aspirações de acesso a uma vida melhor, estas, como mostrou P.-H. Chombart de Lauwe (1971), sendo orientadas pelo desejo, pelas representações, pelos símbolos e pelos sistemas de valores, forjam-se em condições sociais e históricas muito concretas. Concebidas desta maneira, as aspirações não são estáticas, mas participam antes de um processo de transformação que tende a acompanhar as mudanças económicas, sociais e culturais.

No caso da imigração, este processo é ainda mais intenso, na medida em que, subitamente, os imigrantes e as suas famílias entram em contacto com uma outra realidade social, também ela movida por outras dinâmicas, outros sistemas de valores e comportamentos, o que faz que sejam muito mais suscitados pela mudança, ainda que, a este propósito, não adiram igualmente a todos os novos aspectos que agora se lhes apresentam. Nos primeiros tempos são sobretudo os elementos de índole material que vão sendo objecto de alguma aculturação, ao passo que os referentes ao sistema de valores e demais natureza simbólica são, por vezes, menos passíveis de uma aculturação mais ou menos rápida (S. Abou, 1981). No entanto, com o decorrer do tempo, é o próprio universo de significação que acaba, do mesmo modo, por ser atingido pela vaga de mudanças em que se encontram mergulhados. Mais ainda, estas são tanto mais consistentes quanto as transformações a que estão sujeitos, na sociedade em que vivem, se inscrevem num contexto mais vasto de mudanças internacionais que se fazem sentir também na sociedade portuguesa. Daí a ideia recorrente de que, sob este aspecto, as coisas mudaram bastante em Portugal ao longo dos últimos tempos e que a necessidade de aderir à mudança se impõe por si mesma. De contrário, correr-se-á o risco de se fixar num tempo e realidades devolutos que apenas têm existência no imaginário de alguns saudosistas.

Ora é neste turbilhão de mudanças que os projectos familiares dos portugueses em terras de imigração vão sendo objecto de várias inflexões, pesem embora significativas distinções quando se tem sobretudo em conta o passado vivido antes da emigração, a idade, o género, o local de habitação, o modo como investem nas organizações de cariz religioso e associativo e a qualidade da intervenção dos vários membros da família a este respeito.

Mas a demarcação relativa à inflexão dos projectos vai-se produzindo com a melhoria da condição económica e dos contactos mais abertos com

a sociedade e até com a consciencialização das mutações que vão surgindo na sociedade portuguesa, que, não sendo mais aquela que conheceram antes da emigração, solidifica as mudanças em curso. Assim, os projectos do curto passam a ser concebidos em vista do médio, quiçá do longo prazo, e o almejado regresso, por vezes, adiado *sine die*. Noutros são os filhos que, na mira de um melhor emprego, reconhecimento e integração social, insistem em virem para fazerem um curso superior em Portugal quando os pais continuam ainda imigrados, aguardando o tempo da reforma para regressarem, uma vez que, neste caso, são os filhos que dão os primeiros passos nesse sentido.

Aquilo que agora caracteriza a principal orientação dos projectos familiares é o investimento de forma muito mais explícita na dimensão cultural, quer em termos da abertura a outros sistemas de valores mais conformes com a modernidade avançada das sociedades ocidentais no dealbar do século XXI, quer no respeitante à escolarização dos filhos. Entre outros aspectos, aquelas concedem, depois da segunda guerra mundial, uma importância crescente à escola enquanto instância de educação que, por um lado, intervém directamente no interior da família e da sociedade em geral e, por outro, concede diplomas mais ou menos valorizados. Ora, agindo desta maneira, selecciona para esta ou aquela profissão e, por conseguinte, condiciona os estatutos sociais dos indivíduos e das famílias. Numa tal situação, o diploma escolar tem-se tornado o principal passaporte de construção do futuro das jovens gerações e dos jovens portugueses no contexto migratório europeu, o que lhes permitirá aceder ou não a outro estatuto social.

Assim, ao tomarem consciência desta realidade, para muitos destes portugueses, os projectos vão sendo objecto de inflexão em favor da valorização do capital cultural. Este aspecto adquire uma maior relevância logo que se analisam as estratégias familiares a este propósito. Seguindo um movimento em devir nas sociedades ocidentais, em qualquer situação, os filhos entram mais cedo para a escola e saem muito mais tarde, pesem embora significativas distinções entre os vários grupos sociais, e o caso dos migrantes não é o menos emblemático. Os filhos, contrariamente ao que se passava nos anos 60 e 70, são, desde meados dos anos 80, objecto de maior investimento escolar por parte dos pais e, por conseguinte, são menos absorvidos pela lógica do projecto económico da família direccionado para o imediato. Deste modo, à semelhança do que se passa na contemporaneidade, também as famílias portuguesas migrantes investem na formação antecipada de uma autonomia e no legado de uma herança também ela antecipada em relação aos filhos através do investimento num processo de escolarização mais prolongado e consistente, visando, assim, aceder a melhores empregos e à tão almeja mobilidade social. Assiste-se, pois, no interior das famílias em análise a uma reconversão do capital económico,

ganho com o esforço dos pais e nalguns casos com a cumplicidade dos filhos, num capital cultural em favor destes.

Esta situação é particularmente reveladora de uma percepção orientada da nova realidade social por parte da família, que, por um lado, transforma o projecto de regresso num outro de continuidade, quiçá de fixação, e, por outro, apela à elaboração de «estratégias de mobilização educativa», ou seja, a família contemporânea mobiliza-se cada vez mais, tanto moral como materialmente, em favor do percurso escolar dos filhos. Se é verdade que P. Bourdieu (1989) considera que são, essencialmente, as famílias de elevado capital cultural que elaboram estratégias de reprodução a este respeito, F. De Singly (1993), sem pôr em causa esta asserção, considera que a escola é hoje objecto de gestão familiar mais generalizada, pelo que insiste no conceito de mobilização das famílias menos dotadas de capital cultural a fim de fazerem inverter esta situação em favor dos filhos. No contexto migratório, quantas vezes são os próprios pais, com particular destaque para a mãe, que, sem recursos culturais para auxiliarem os filhos no percurso escolar, investem no pagamento de explicações e constantemente lhes fazem apelo à necessidade de pautarem as suas condutas por uma ética do esforço conjugado entre pais e filhos.

Com efeito, a realidade imigratória portuguesa aqui evocada vem revelando que as famílias se orientam por uma ética do esforço que articula o investimento em meios materiais, a vontade, a mobilização dos indivíduos e as oportunidades sociais, visando transformar a sua situação de origem. Sendo assim, os projectos destas famílias, agora mais direccionados para o cultural, embora sem descurarem o económico, que é hoje concebido de modo diferente, constituem o eixo fundamental em torno do qual se organizam os modos de vida. De qualquer modo, como o revelam alguns trabalhos sobre estas questões (M. Tribalat, 1991 e 1995; M. E. Leandro, 1992, 1995 e 1998; D. Becker *et al.*, 1994; N. Kotlot-Piot, 1996), há sempre uma distância entre projectos concebidos e idealizados e projectos possíveis e realizados.

Importa, todavia, sublinhar que esta dinâmica assume nos nossos dias uma dimensão plural, pois as sociedades ocidentais, tendendo a ser mais permeáveis às influências externas e, por isso, mais propensas à multiculturalidade, fazem com que, em muitas circunstâncias, também os projectos individuais e familiares migratórios integrem essa mesma dimensão.

## CONCLUSÃO

O objectivo deste trabalho visava, simultaneamente, compreender as características da dinâmica social que anima qualquer sociedade e as dinâmicas peculiares de famílias portuguesas em contexto migratório, correlacionadas

com a (re)elaboração dos projectos de que são portadoras ao longo das suas trajectórias migratórias.

Entre outros aspectos, este trabalho permitiu-nos identificar três grandes centros de interesse. O primeiro prende-se com a perspectiva da sociologia dinâmica, incidindo sobre um importante campo de reflexão em torno das mudanças e mutações que decorrem das situações migratórias internacionais, no caso em análise o da e/imigração portuguesa no interior de algumas sociedades europeias. Em qualquer situação, não poderá dizer-se que os e/imigrantes portugueses tenham sido agentes passivos perante sistemas sociais que os terão condicionado, mas antes actores interventivos de uma dinâmica social para a qual também vêm contribuindo. Por outro lado, terá sido menos uma fuga à fome e à miséria que os terá incitado à e/imigração, mas antes a vontade de melhorarem as suas condições de existência e, fazendo-o, acederem a uma forma ou outra de modernidade. Daí que possa dizer-se que a e/imigração dos anos 60-70, e não tanto a dos nossos dias, é consequência de uma ruptura com a sociedade tradicional e de um projecto de modernização que na altura se afigurava menos propício no interior da sociedade portuguesa.

O segundo relaciona-se com uma reflexão em torno da noção de projecto que, sendo embora de grande uso social, nem por isso tem merecido da parte dos sociólogos grande interesse em termos de reflexão teórica e empírica. E, não obstante, nos nossos dias, quando se fala dos marginalizados ou dos excluídos da sociedade, diz-se muitas vezes que «são pessoas sem projecto». Neste sentido, a noção de projecto, implicando a capacidade de definir um objectivo e de se dotar de meios para o atingir, parece adquirir um sentido prático, na medida em que é concebida como algo mobilizador, sendo então capaz de fazer inverter determinadas situações individuais e sociais. No que se refere directamente à e/imigração portuguesa em análise, à partida, os projectos migratórios traduziam uma forma de aspiração à modernidade, com os valores que lhe estão associados, o que se afigurava mais fácil nas sociedades para onde imigraram do que na sociedade portuguesa de então, apesar das dinâmicas que se iam fazendo sentir. De qualquer modo, os portugueses, sendo produto de uma história individual e colectiva que não se iniciou com a e/imigração, é em função dela que começam por conceber os seus projectos migratórios de mobilidade social e reinterpretam a sua nova condição. A imigração virá então consolidar e acentuar uma mudança já em curso, ou seja, a aspiração a uma vida melhor para si e para os seus familiares é alvo de várias inflexões.

Por fim, nas condições migratórias portuguesas, em que tende a predominar a vertente familiar, compreende-se então que os projectos migratórios, precocemente, deixam de ser individuais para serem orientados em função da família de orientação e de procriação. Ao mesmo tempo, englobam tam-



bém uma dimensão pluricultural de dinâmicas sociais. É nesta interconfluência, que integra, simultaneamente, uma solidariedade familiar muito peculiar e as próprias dinâmicas dos contextos sociais com que estão relacionadas, que os projectos migratórios familiares adquirem para os seus actores um alto significado.

Sendo assim, duas coisas se revelavam importantes: melhorar, em primeiro lugar, as condições materiais de existência e, fazendo-o, paulatinamente, proporcionar aos filhos enveredar por percursos de escolarização mais valorizados, podendo, enfim, aceder à tão almeja mobilidade social. No entanto, uma trajectória social e a realização dos projectos que integra, independentemente da pertença étnica ou nacional, nunca poderão ser entendidas como uma sequência biográfica linear de acontecimentos, mas antes como uma interconexão de várias relações de dinâmicas sociais, culturais e familiares. Foi nesta perspectiva que concebemos este trabalho sobre a dinâmica dos projectos migratórios, que é, necessariamente, acompanhada da dinâmica familiar e social que lhe está associada.

#### BIBLIOGRAFIA

- ABOU, S. (1981), *L'Identité culturelle. Relations interethniques et problèmes d'acculturation*, Paris, Éditions Anthropos.
- ALVES, J. (1994), *Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos.
- ANSART, P. (1970), *Sociologie de Saint-Simon*, Paris, PUF.
- BAGANHA, M., e PEIXOTO, J. (1996), «O estudo das migrações nacionais», in J. Carvalho Ferreira, R. Marques, J. Peixoto e R. Raposo, *Entre a Economia e a Sociedade*, Oeiras, Celta, pp. 233-239.
- BAGANHA, M. I., e CAVALHEIRO, L. (2002), «Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas», in J. Reis e M. I. Baganha (orgs.), *A Economia em Curso. Contextos e Mobilidades*, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 63-86.
- BALANDIER, G. (1985), *Le détour. Pouvoir et modernité*, Paris, Fayard.
- BALANDIER, G. (1986), *Sens et puissance*, Paris, PUF.
- BALANDIER, G. (1994), *Le dédale. Pour en finir avec le xxème siècle*, Paris, Fayard.
- BARRETO, A. (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BATTAGLIOLA, F. (1984), «Employées et employés. Trajectoires professionnelles et familiales», in *Collectif*, pp. 57-70.
- BOURDIEU, P. (1989), *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Ed. Minuit.
- BOULOT, S., e BOYZON-FRADET, D. (1988), *Les immigrés et l'école*, Paris, CLEMI-L'Harmattan.
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. (1971), *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoel/Gonthier.
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. (1975), *La culture et le pouvoir*, Paris, Stock/Monde Ouvert.
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. (dir.) (1981), *Transformations sociales et dynamique culturelle*, Paris, ed. du CNRS.
- DE SINGLY, F. (1993), *La sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.
- DELEUZE, G. (1968), *Différence et répétition*, Paris, PUF.
- DURKHEIM, E. (1955), *Pragmatisme et sociologie*, Paris, PUF.
- DURKHEIM, E. (1970), *La science sociale et l'action*, Paris, PUF.

- DURKHEIM, E. (1971), *Le socialisme, sa définition, ses débuts, la doctrine saint-simonienne*, Paris, PUF.
- DURKHEIM, E. (1977), *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, PUF.
- HERCULANO, A. (1983), *Opúsculos*, Porto, Editorial Presença.
- HUSSERL, E. (s. d.), *Ideas Relativas a Una Fenomenología Pura y Una Filosofía Fenomenológica*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- KRISTEVA, J. (1988), *Étrangers à nous-mêmes*, Paris, Gallimard.
- LEANDRO, M. E. (1995, [1992]), *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris, CIEMI-L'Harmattan.
- LEANDRO, M. E. (1995), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris, CIEMI-L'Harmattan.
- LEANDRO, M. E. (1999), «La réinstallation de familles portugaises dans le Minho», in B. de Varine (dir.), *Lieux de circulation des Portugais de France*, Paris, Interaction France-Portugal, pp. 36-66.
- LEANDRO, M. E. (2002), «A emigração portuguesa no dealbar do milénio. Um novo contexto interno e externo», in A. Roel e D. Lopo, *Movilidad Interna y Migraciones Intraeuropeas en la Península Ibérica, Actas do Colóquio Europeu*, Santiago de Compostela, 8-9 de Novembro de 2001, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 129-145.
- MADUREIRA PINTO, J. (1982), «Campesinato em Portugal. Conservadorismo e apatia política», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 1, Lisboa, pp. 107-136.
- MANHEIM, K. (1972), «The problem of generations», in *Essays on the Sociology of Knowledge*, Londres, Routledge and Kegan Paul, pp. 276-322.
- MARX, K. (1984), *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, Lisboa, Ed. Avante.
- MERLEAU-PONTY, M. (1971), *Existence et dialectique*, Paris, PUF (col. «SUP»).
- NISBET, R. (1970), «Developmentalism as a perspective», in J. McKinney e E. Tiryakian (orgs.), *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*, Nova Iorque, Englewood Cliffs.
- PEIXOTO, J. (1993), «A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução», in *Estudos Demográficos*, n.º 31, Lisboa, INE, pp. 35-74.
- SAINT-SIMON, C.-H. (1965), *La physiologie sociale. Oeuvres choisies*, Paris, PUF.
- SARTRE, J.-P. (1986), *Questions de méthode*, Paris, Gallimard.
- SAYAD, A. (1977), «Les trois 'âges' de l'émigration», in *Actes de la recherche*, n.º 15, Paris, pp. 59-79.
- SAYAD, A. (1999), *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Paris, Seuil.
- SCHNAPPER, D. (1991), *La France de l'intégration*, Paris, Gallimard (col. «nrf»).
- SOROKIN, P. (1927), *Social and Cultural Mobility*, Nova Iorque e Londres, Macmillan.
- STOFFER, S. A. (1960), «Intervening opportunities and competing migrants», in *Journal of Regional Science*, 2 (1), pp. 1-26.
- THOMAS, L.-V. (1965), «Mouvements de population et dépendance sociologique en Basse-Casamance», in *Notes africaines*, n.º 106, Abril, IFAN, Dacar, pp. 42-47.
- THOMAS, L.-V. (1984), *Fantasmés au quotidien*, Paris, Librairie des Méridiens.
- TODD, E. (1984), *Le destin des immigrés. Assimilation et ségrégation dans les démocraties occidentales*, Paris, Seuil.
- TOURAINÉ, A. (1978), *La voix et le regard*, Paris, Seuil, 1978.
- TOURAINÉ, A. (1984), *Le retour de l'acteur. Essai de sociologie*, Paris, Fayard.
- TOURAINÉ, A. (1997), *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents*, Paris, Fayard.
- WEBER, M. (1964), *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon.
- VIEVIORKA, M. (1998), «Le multiculturalisme est-il la réponse?», in *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. CV, pp. 233-260.